

(Des)Construindo narrativas: o papel dos arquivos e do jornal *O Alto Purús* na invenção da história acreana

*(Des)Building narratives: the role of archives and the newspaper *O Alto Purús* in the invention of acrean history*

Ezir Leite de MOURA JÚNIOR¹

Resumo

Este estudo analisa a construção da história do Acre por meio de registros do Arquivo Nacional, ressaltando como esses documentos são moldados por processos históricos, sociológicos e culturais que frequentemente reforçam uma narrativa linear de "fundação" e "origem". Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa foca na análise de documentos históricos e do jornal *O Alto Purús* (1908-1918), investigando seu papel na construção da identidade territorial do Acre. Inspirado por pensadores como Durval Muniz Albuquerque Júnior (2005), Walter Benjamin (2007) e Aníbal Quijano (2000), o estudo problematiza a natureza das fontes históricas e critica a perspectiva eurocêntrica que permeia a escrita da história acreana e defende uma abordagem decolonial que reconheça a pluralidade cultural. A análise do *O Alto Purús* evidenciando sua aliança com a ideologia republicana, enquanto a discussão da produção do discurso é enriquecida pelas ideias de Foucault (1979).

Palavras chaves: Acre. História. Colonialidade. *O Alto Purús*.

Abstract

This study analyzes the construction of the history of Acre through records from the National Archive, highlighting how these documents are shaped by historical, sociological, and cultural processes that often reinforce a linear narrative of "foundation" and "origin." Utilizing a qualitative approach, the research focuses on the analysis of historical documents and the newspaper *O Alto Purús* (1908-1918), investigating its role in shaping Acre's territorial identity. Inspired by thinkers such as Durval Albuquerque Júnior (2005), Walter Benjamin (2007), and Aníbal Quijano (2000), the study problematizes the nature of historical sources and critiques the Eurocentric perspective that permeates the writing of Acre's history and advocates for a decolonial approach that acknowledges cultural plurality. The analysis of *O Alto Purús* reveals its alliance with republican ideology, while the discussion of discourse production is enriched by Foucault's (1979) ideas.

Keywords: Acre. History. Coloniality. *O Alto Purús*.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre. Bolsista CNPQ. Email: junior.469@hotmail.com

Introdução

A história do Acre, assim como a de outras regiões “periféricas”, é moldada por narrativas de “fundação” e “origem” que refletem processos históricos e socioculturais. Este estudo analisa criticamente esses registros disponíveis no Arquivo Nacional e outras fontes, destacando como são influenciados por valores sociais e a subjetividade humana. Inspirando-se em Durval Albuquerque Júnior (2005), que discute a “invenção” de espaços, e Walter Benjamin (2007), que aborda a fragilidade das fontes, a pesquisa examina a interconexão entre modernidade e colonialidade, conforme Aníbal Quijano (2000).

Uma crítica central é a perspectiva eurocêntrica que marginaliza vozes indígenas e ribeirinhas, enfatizando a necessidade de uma abordagem contra colonial que reconheça a diversidade cultural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conforme Bauer e Gaskell (2002), utilizando métodos de análise textual para repensar o conceito de “História Oficial”, que frequentemente perpetua relações de poder.

O foco recai sobre a construção sociopolítica do Alto Purús na região de Sena Madureira, utilizando documentos como o de Soares Bulcão (1940), que oferece uma visão institucional da região ao relatar sua experiência como encarregado do primeiro Posto Fiscal do Alto Purús entre 1915 e 1918. Além disso, a análise do texto de Angélica Ricci Camargo (2022, reeditado em 2023) reproduz uma vertente colonial nas fontes históricas, reforçando mitos de origem ligados à dominação.

A pesquisa visa valorizar a diversidade cultural e desconstruir narrativas históricas que perpetuam desigualdades, promovendo um espaço de diálogo e inclusão. Ao situar a crítica na colonialidade do saber, conforme discutido por Quijano (2000) e Mignolo (2017), o estudo busca evidenciar as complexidades da história da Amazônia Sul Ocidental e contribuir para a construção de um “terceiro espaço” onde culturas se encontram e se transformam.

Do arquivo à narrativa: a invenção do Acre e suas implicações históricas

O estado do Acre é descrito em alguns registros do Arquivo Nacional como um espaço moldado por processos históricos, sociológicos e culturais dentro de uma linearidade “oficial” da história. No entanto, a análise desses documentos deve ser feita

com cautela, pois, em geral, eles são apresentados sob uma perspectiva que reforça noções de "fundação", "origem" e "criação", exigindo uma visão crítica quanto à construção desses discursos. Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007), em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, nos convida a olhar as fontes ditas “primárias” como produtos inventados dentro de uma lógica discursiva histórica. Nesse sentido, a intenção deste estudo é, sobretudo, criar “problemas” enquanto uma disputa de narrativas no campo da linguagem.

A pesquisa também se debruça sobre o artigo de Angélica Ricci Camargo, publicado em 2022 e reeditado em junho de 2023, disponível em [MAPA](#). Neste trabalho, o artigo de Ricci Camargo é problematizado no contexto da produção de fontes históricas relacionadas ao Acre, evidenciando uma vertente colonial que perpetua o mito de “origem”. Essa análise crítica desafia as narrativas hegemônicas e destaca a necessidade de reexaminar as origens e as construções históricas que moldam a identidade da região.

Ao introduzir o debate sobre a invenção de signos reivindicadores de uma identidade, podemos, por exemplo, problematizar os termos "estado" e "cidade" e seus respectivos espaços dentro da lógica do significante "brasileiros". A partir dessa abordagem analítica das fontes, destacamos o site do Arquivo Nacional, especificamente a seção "Mapa da Memória da Administração Pública Brasileira", como uma importante ferramenta para compreender como esses conceitos foram historicamente construídos e representados.

A produção textual acessada destaca que a organização do Território do Acre foi formalizada pelo Decreto nº 5.183, de 7 de abril de 1904, em consequência do Decreto Legislativo nº 1.181, de 25 de fevereiro do mesmo ano, que autorizou o presidente da República a administrar provisoriamente a área. Esse marco legal foi crucial para o início da administração oficial do Acre, inserindo-o no contexto da gestão pública brasileira.

A organização do Território do Acre foi estabelecida pelo decreto n. 5.183, de 7 de abril de 1904, em virtude do decreto legislativo n. 1.181, de 25 de fevereiro do mesmo ano, que autorizou o presidente da República a administrar provisoriamente a área, que foi reconhecida como brasileira pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia (Camargo, 2022, s/p).

O texto produzido por Angélica Ricci Camargo em 2022 (reeditado em junho de 2023), evidencia ainda uma vertente colonial na produção de fontes. Nesse caso, o discurso reproduzido por Camargo (2022) reforça o mito de “origem”, que tem em sua genealogia a dominação ideológica, econômica e sociocultural pautada por leis, decretos

e normativas que reivindicam ao governo brasileiro o papel principal de "fundador" do Território.

Com base nos pensamentos de autores como Walter Benjamin (2010), Albuquerque Júnior (2007) e Michel de Certeau (1994), este estudo busca problematizar os documentos que são frequentemente apresentados como uma "verdade" fixa e definitiva, supostamente representando a "realidade".

Nesse sentido, é crucial destacar que, ao adotar essa perspectiva crítica sobre as fontes, compreendemos que o tempo e o espaço são categorias conceituais que operam dentro do campo da linguagem, sendo construções interpretativas, e não elementos neutros ou objetivos. "articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela relampeja num instante de perigo" (Benjamin, 2010, p. 223).

Albuquerque Júnior (2007), destaca a construção das identidades e do espaço como fruto de uma narrativa histórica que "inventa" realidades para justificar políticas e poderes, "As identidades e os territórios não são dados naturais, mas invenções discursivas que atendem a determinados interesses históricos" (Albuquerque Júnior, 2007, p. 45).

Portanto, a proposta levantada nesse estudo ao trazer a metodologia utilizada é pensar os documentos e a história que eles trazem como uma invenção humana. Nesse sentido, propõe-se nesse estudo uma pesquisa qualitativa, partindo da percepção Bauer e Gaskell (2002), que colocam as análises de conteúdos como uma ação que lida com interpretações que operam na subjetividade das "realidades" sociais analisadas.

Para ajudar o processo metodológico proposto, busca-se articular no campo teórico que problematizam o conceito de "História Oficial" como um problema epistemológico. Salienta-se que o texto é produzido em 2022, mas ainda assim continua reproduzindo um discurso colonial.

No caso da publicação no site governamental, a discussão se concentra em três pilares: eurocentrismo, modernidade e colonialidade. Em primeiro lugar, a noção eurocêntrica é criticada por Aníbal Quijano (2000) em seu texto *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. O autor, argumenta que "o eurocentrismo é uma perspectiva que considera a história e a cultura europeias como normativas, marginalizando e distorcendo outras formas de vida e de conhecimento" (Quijano, 2000, p. 533).

A reprodução desses marcadores sociais sobre o espaço constituído como a noção de Estado do Acre é reforçada por Camargo (2022) no Arquivo Nacional, que apresenta uma narrativa que sugere uma linearidade da história acreana. Essa perspectiva não apenas marginaliza outras vozes e experiências, mas também perpetua uma visão eurocêntrica que busca legitimar a história do Acre dentro de um modelo de modernidade, desconsiderando-a como um conjunto de saberes.

Em nenhum momento do texto são mencionadas, por exemplo, as populações indígenas, ribeirinhas e outros sujeitos que habitam a região designada como Acre Territorial. No texto "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", Quijano (2000) discute a necessidade de considerar diversas perspectivas culturais e históricas, enfatizando a importância de uma abordagem que valorize a pluralidade.

Ainda para Quijano, em "A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais" (2000), a descolonização do saber não se limita a reescrever a história; "A descolonização do saber não é apenas uma questão de reescrever a história, mas de transformar as relações de poder que moldam o conhecimento e as identidades culturais" (Quijano, 2000, p. 534).

No contexto abordado, a questão da "evolução" ou "progresso" civilizacional, conduzida por narrativas da ciência geográfica moderna, configura-se como a própria formação da colonialidade do saber e do poder. Essa percepção é destacada por Walter D. Mignolo, no texto "Colonialidade: o lado mais sombrio da modernidade" (2017), em concordância com Quijano (2000). Nesse sentido, carece que os governantes modificam espaços e modos de vida para que haja a aceitação do "novo", produzindo assim relação antagônicas, como "selvagens", "lugar atrasado", "trópicos" e outros signos produzidos para além da colonização.

Essa perspectiva enfatiza como a compreensão do tempo e do espaço é moldada por contextos culturais, históricos e sociais, e como esses conceitos são construídos e interpretados de maneira subjetiva pelos indivíduos e pela sociedade. Para nos ajudar a compreender os usos e abusos da historiografia ou de fontes "primárias", destaca-se o livro *O Anjo da História*, uma produção organizada e traduzida por João Barrento, que inclui alguns artigos de Walter Benjamin (2010), incluindo "Sobre o Conceito da História". O texto escolhido para refletirmos sobre uma sociologia historicamente construída e sacralizada é a metáfora elaborada em torno do texto "Anjo da História",

onde as relações estabelecidas entre o passado e o presente nos levam a questionar a ideia de história “oficial”, que desloca a palavra “verdade” para ruínas e paradoxos.

Walter Benjamin (2010) mostra no ensaio que a crença na "verdade", a partir do materialismo histórico, é, sobretudo, uma crença no conforto, na tranquilidade e no domínio daqueles que escrevem e produzem a História. Nesse caso, para o autor, a ideia de "verdade" e de "real" compõe um ordenamento discursivo que paralisa o tempo e o espaço: "O materialismo histórico não pode prescindir de um conceito de presente que não é passagem, mas no qual o tempo se fixou e parou" (Walter Benjamin, 2010, p. 19).

Essa percepção da "História oficial" levantada por Benjamin (2010) mostra que o historicismo é uma proposta de eternização do passado. Para isso, utiliza-se do materialismo histórico como suporte para a fixação de uma consciência única sobre aquilo que é colocado como a “história verdadeira”, evidenciando, em certa medida, o poder do discurso.

Essa estratégia é o problema central da construção do processo cognitivo em relação aos espaços de domínio; a ideia é viabilizar uma consciência social, produzindo limites políticos e geográficos. As nomenclaturas que fazem referência a regiões do território estabeleceram-se como linguagem articuladora nas questões ideológicas da colonialidade do saber e do poder.

Nesse sentido, o conceito de espaço dentro da ideia de modernidade pode ser definido da seguinte forma: "a modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais... nesse sentido, todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório" (Quijano, 2005, p. 125).

É importante problematizar as narrativas históricas sobre o Acre e outros espaços à luz de perspectivas eurocêntricas, analisando como elas perpetuam modelos de poder, saber e modernidade que marginalizam outras vozes e experiências, especialmente as de populações indígenas e ribeirinhas. A partir de análises críticas, foi possível perceber que a história oficial muitas vezes reforça a colonialidade do poder, tratando a modernidade como uma linha evolutiva única, desconsiderando as múltiplas complexidades dos processos históricos.

O Alto Purús como espelho da modernidade: espaços de uma narrativa hegemônica (1908-1918)

As possibilidades de análise surgem a partir do texto "Memória, Esquecimento, Silêncio", de Michael Pollak (1989) que destaca que o interesse dos pesquisadores recai sobre essa temática devido os paradoxos em torno da noção de continuidade e estabilidade da história. No contexto benjaminiano, a ideia de ruptura com a "história linear" caracteriza um embate ancorado na "palavra" em relação ao tempo, espaço e ao sentido criados.

Nesse caso, a integração da narração se apresenta como uma "rememoração" que possibilita a fragmentação da história vista como oficial. Nesse caso, abordamos o registro de uma "fundação" dentro de uma noção de colonialidade do saber e do poder, pois tais representações ainda são reproduzidos no presente. Os conceitos de "avanço" ou "civismo", como produtos da modernidade, são construções que ocultam e encapsulam indivíduos e saberes em signos epistemológicos e práticos.

O sujeito e o espaço quando "determinado" pelas relações de forças são alocados ao signo de "isolados" dentro do discurso urbanístico, civilizacional e racional. Partindo da concepção de moral de Benjamin (1985), trata-se de ajustar-se ao meio social através da imagem de civilidade moral: "Eis a moral que justifica nossa tentativa de evocar essa imagem" (Benjamin, 1985, p. 36-37).

Refere-se aos sentidos atribuídos ao espaço, ao grupo e ao projeto que voltam para os discursos, assim, o objetivo da territorialização promovida, isso pode notado nos registros relacionado ao prefeito da cidade de Sena Madureira Cândido Mariano (1908), ao desejar prosperidade à grande pátria, ao progresso sob regime democrático, aos mártires da liberdade, alocando aos patriotas auréolas gloriosas de modernidade e civismo. (O Alto Purús, Sena Madureira, 15 de março 1908, edição nº 4, ano I, p.2;3).

Ao contextualizar a história do jornal O Alto Purús, a pesquisadora Andréa Maria Lopes Dantas (2011), traz contribuições fundamentais na construção ideológica do jornal. Segundo a autora, no texto, O 'vozear' na mata e a modernidade anunciada: educação no território do Acre através dos jornais (1906-1930) a redação estava aliada com os pensamentos oriundos de um comprometimento de "ordem" e "progresso" do país.

Dantas (2011) traz os contextos e características da construção e os principais propósitos da idealização do periódico. A autora destaca que o periódico foi criado em

1908, e seu nome é uma referência à nomenclatura utilizada na divisão territorial do Acre, composta por três departamentos governamentais: Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purús com sede localizada em Sena Madureira, o jornal tinha circulação aos domingos. Importante ressaltar que o jornal *O Alto Purús* precisa ser analisado à luz da pergunta: De onde vêm as fontes? Na publicação piloto do periódico, destaca-se que o cerne do jornal conduzirá suas publicações em um sentido republicano, tendo como objetivo primordial trazer informações para o fortalecimento da república a partir da plataforma "ordem e progresso", e assim, consolidar a grandeza do Acre Territorial. (O Alto Purús, Edição 01, 24 de fevereiro de 1908, p. 01).

Nesse ponto, conforme Foucault (2002), a "verdade" é o resultado de um ordenamento linguístico através de palavras e coisas. O rompimento do conceito de "documento" pode ser proposto pelo sujeito, sendo a centralidade do problema a preocupação com outras possibilidades para além da "verdade" oficial estabelecida. Os textos jornalísticos assim como as fotografias e figuras selecionadas produzem o corpus analisado.

Quando analisamos essas fontes referentes às escolhas de espaços geográficos e simbólicos enquanto referências institucionais devemos estar cientes que, as mentalidades que permeiam essa ideia da colonialidade, busca continuamente rupturas e ressignificações a partir das noções de estado nação.

Soares Bulcão (1940) ao descrever a "organização" e "invenção" da cidade, afirma que a margem esquerda se situa o Rio Yaco, fluentes a direita do Rio Purús, a instalação do primeiro governo no Alto Purús, foi denominada de Sena Madureira, sob a coordenada geográfica 68°38'58" 5 w de Greenwich, Longitude 9° 7' 17" de latitude sul, registradas por José Siqueira Meneses, em vinte e cinco de setembro de mil novecentos e quatro. (Bulcão, 1940, p.49).

Joana de Oliveira Dias (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada "A carruagem vira jerimum: controvérsias da produção do espaço e tempo urbanos em Sena Madureira no início do século XX", problematiza, com base nas ideias do filósofo Michel de Certeau (2011), os discursos que são desenvolvidos sobre a ideia de "cidade" produzida através de mapas, documentos e leis. A autora destaca a partir da citação "a cidade, é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade" (Certeau, 2011 p. 160), que há uma relação astuciosa entre os conceitos de "tática" e "estratégia", que buscam controlar, paralisar e encapsular os cotidianos urbanos.

A cidade instaurada pelo discurso urbanístico é definida pela possibilidade de um tríplice operação: i) a produção de um espaço próprio; ii) o estabelecimento de um não tempo ou um sistema sincrônico; iii) a criação de um sujeito universal, um nome próprio, a partir do qual se rejeita tudo aquilo que não é tratável e constitui, portanto, os —detritosl de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte) (Dias,2014, p.29).

O conceito de cidade enquanto um espaço organizado opera sobre noções de controle primeiramente nos discursos, evidenciando o sentido de propriedade, um sistema organizado e sincrônico e a invenção de sujeitos com identidade fixas, estática e única. Esse movimento gera uma relação antagônica do “bom” ou “ruim”, “caro” ou “barato”, “centro” e “margem”.

Em síntese, a proposta analítica passa por lógicas coloniais, mas não como uma força unilateral, nesse caso, não se limita em definir apenas o espaço como parte de sistema de integração global, ou de fixação de “novas realidades” urbanas e comportamentais, trata-se de (re)narrar espaços e modos na Amazônia Sul Ocidental.

Para alguns pesquisadores, o fim do colonialismo como um sistema de dominação social, cultural e política não cessou a produção de engrenagens institucionalizadas por práticas coloniais. Outro exemplo, parte do tratado de Petrópolis estabelecido dia 17 de novembro de 1903 e vinculado aos decretos nº5161 e nº5188 estabelecendo geograficamente o Alto Acre, Alto-Purus e Alto Juruá enquanto limites do território brasileiro.

O Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia, liquidou de vez o litígio de fronteiras entre estas duas nações, deixando melhor encaminhada a solução da nossa pendência com o Perú. Por este tratado, mandado executar pelo decreto nº5161, de 10 de março do ano seguinte, ficava compreendido nos limites do território nº5188 de 7 de Abril do mesmo ano, e dividido em três departamentos administrativos, com as denominações de Alto Acre, Alto-Purús e Alto Juruá, sendo este último já em 1912, pelo decreto de reorganização nº9.831, de 23 de outubro, subdividindo com a criação do novo departamento do Tarauacá. (Bulcão, 1940, p.48).

Pelo decreto de nº 1820, publicado dia 23 de dezembro de 1912, segundo Bulcão (1940), a região do Alto Purús seria administrada por prefeitos, nomeados pelo presidente da república, e o prefeito nomeava os admissíveis que comporiam todos os setores abaixo. O primeiro prefeito do Alto Purús foi o general José de Siqueira Meneses, indicado ao

cargo pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, em 14 de abril de 1904. A partir de Michel Certeau (1994), esses movimentos na construção da ideia que recai sobre o conceito de “região” e “cidade” são produzidos através das noções de organização dos espaços, dos cotidianos, que se estabelecem “como a palavra quando falada, muda em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como ato de um presente(...), modificando pelas transformações devidas proximidades sucessivas” (Certeau, 1994, p.2001).

O autor lança a questão da organização cidade para o campo da linguagem, isso quer dizer que, pelo meio da comunicação, começam se desenhar as mudanças e interferências ao espaço analisado. Isso destaca que a produção de convenções e circunstâncias devem apenas não apenas mudar o espaço, mas também as interpretações contextuais relativas à formação espacial e sua relação como os mundos com sociais e culturais.

Fica evidente que, a colonialidade não pode existir sem a modernidade, esse movimento é apresentado pelo pesquisador peruano Aníbal Quijano (2005) parte do pressuposto de que os espaços e agentes históricos foram inventados a partir da colonialidade do saber e do poder nos movimentos coloniais. O teórico sugere que as barreiras epistemológicas, mediadas pela modernidade, foram cruciais para estabelecer controles percebidos na sociedade denominada como "pós-moderna".

No contexto abordado, a questão da "evolução" ou "progresso" civilizacional, conduzida por narrativas da ciência moderna, configura-se como a própria formação da colonialidade do saber e do poder. Walter D. Mignolo, no texto "Colonialidade: o lado mais sombrio da modernidade" (2017), em concordância com Quijano (2005), destacam que a chave das análises decoloniais consiste em expor criticamente o processo de modernidade como um modelo contínuo da colonialidade.

Nesse sentido, propomos problematizar o conceito de modernidade com base na seguinte definição: "a modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais... nesse sentido, todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório" (Quijano, 2005, p.125). Em outras palavras, esses autores quer nos mostra que o plano urbano proposto para a cidade de Sena Madureira não apenas visava a "estruturação" do espaço, mas também a implementação de infraestruturas públicas primeiramente no campo do discurso, evidenciando a capacidade da cidade em lidar com as demandas do "crescimento econômico"

incentivado pela indústria da borracha e as exigências da "sede" administrativa do Território, conforme estabelecido pela administração municipal.

A "propriedade" do discurso — que inclui o direito de falar, a habilidade de entender, o acesso direto às ideias já condicionais e a capacidade de usá-lo em decisões, instituições ou práticas — é muitas vezes restrita a um grupo específico de pessoas. Foucault (2008), retoma as noções de verdade produzida pelo discurso a partir o século XVI, revelando que, nas sociedades burguesas, os discursos especializados, como o discurso econômico, nunca foram de livre acesso, assim como os discursos médicos e literários.

Essa instância compreende também o regime e os processos de apropriação do discurso: pois, em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos; nas sociedades burguesas que conhecemos desde o século XVI, o discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo. (Foucault, 2008, p.175).

Assim, a linguagem observada pelo autor não pode ser neutra, é uma ferramenta que molda as práticas sociais e culturais. Entretanto, ao recorrer a pesquisas no campo da psicanálise, da linguística e da etnologia afirma que, com os avanços da psicanálise, linguística e etnologia, o sujeito foi descentralizado em relação ao desejo, à linguagem e às ações, revelando que o homem não consegue explicar completamente sua sexualidade, inconsciente, linguagem e mitos.

Isso reativou a ideia de uma história contínua, vista não como um sistema fixo, mas como um processo dinâmico, um devir. Essa história seria caracterizada por um esforço constante de autocompreensão e liberdade, marcado pela paciência e pela vivacidade que, em última instância, rompeu todos os limites.

Enfim, mais recentemente, quando as pesquisas da psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções, novamente o tema de uma continuidade da história foi reativado: uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; que não

seria sistema, mas árduo trabalho da liberdade; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições; uma história que seria, ao mesmo tempo, longa paciência ininterrupta e vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites. (Foucault, 2008, p.15).

Inserir-se os pensamentos do pesquisador Homi K. Bhabha, em sua obra *O local da cultura* introduz o conceito de "terceiro espaço". Esse conceito refere-se a um espaço de interseção onde diferentes culturas se encontram e se transformam, desafiando as narrativas dominantes do Ocidente. Bhabha argumenta que “o discurso colonial é um local de ambivalência, onde os significados nunca são fixos” (p. 100).

Bhabha (1994) argumenta que “o discurso colonial é um local de ambivalência, onde os significados nunca são fixos” (p. 100). Essa ambivalência se manifesta na maneira como as culturas colonizadas não apenas absorvem, mas também reinterpretam e ressignificam os elementos da cultura colonial. O "terceiro espaço" permite o surgimento de novas identidades que não são nem completamente coloniais nem totalmente autênticas, mas sim uma fusão dinâmica de influências.

Esse conceito é crucial para entender a complexidade das relações culturais em um mundo globalizado, onde as interações transcendem fronteiras geográficas e sociais. O "terceiro espaço" oferece uma perspectiva que desafia a dicotomia entre colonizador e colonizado, permitindo que se reconheçam as vozes e experiências que muitas vezes são silenciadas nas narrativas tradicionais.

Além disso, essa ideia propõe uma crítica ao essencialismo cultural, que tende a ver as culturas como entidades fixas e homogêneas. Em vez disso, Bhabha sugere que as culturas estão em constante fluxo e transformação, moldadas por diálogos e tensões entre diferentes grupos. O "terceiro espaço" se torna, assim, um local de resistência e criatividade, onde novas formas de expressão cultural podem emergir, refletindo a complexidade da experiência humana.

Ao considerar o "terceiro espaço", somos convidados a repensar as estruturas de poder que sustentam as narrativas históricas e culturais dominantes, abrindo espaço para uma compreensão mais inclusiva e multifacetada das identidades contemporâneas.

Essa ambivalência permite a emergência de novas identidades culturais, refletindo a complexidade das relações em um mundo globalizado. Essa forma de analisar essas fontes, possibilita trazer os registros de Loureiro (2004), aos alguns aspectos sociais, urbanos, comerciais e políticos de Sena Madureira no início do século XX.

Segundo Loureiro (2004), a partir do decreto nº6901, de 26 de maio de 1908, Sena Madureira foi escolhida para sediar o Tribunal de Apelação. “com cinco desembargadores e uma seção de Justiça Federal, sendo momentos, para exercerem a magistratura, Benjamin Bandeira, Moreira Alvez, Alberto Diniz, Araújo Jorge e Gustavo Farneze. (Loureiro,2004, p.17).

Na obra *O Brazil Acreano: scenas de uma época* (2004), traz deslumbres da história de Sena Madureira. Partindo de jornais da época como, *Brasil Acreano e o Alto Purús*, o autor faz o mapeamento relativo a questões demográficas e políticas administrativas. Segundo o autor, a região se tornou um polo comercial de suma importância no contexto nacional, produzindo assim, intercâmbios de acontecimentos que podem ser problematizados. Já nos fins de 1908, as casas de tapari, medindo 4x4 já começam a desaparecer, evidenciando, principalmente os primeiros vislumbres da modernidade e progresso em Sena Madureira, destacando geografia urbana de Sena Madureira:

Já existiam dez ruas, sendo seis perpendiculares ao rio Iaco: Juruá, Purús, Chandlees, Macapá, Xapuri e Canamari e quatro paralelas: Amazonas, Iaco, Macauã e Caiaté, uma grande praça, uma casa de espetáculos, uma igreja e seis prédios públicos, todos construídos na administração de Cândido Mariano, o mercado, como quatro quiosques, o edifício da esquina da rua Chandlees com Iaco, com o tamanho de 12 x 31 metros, com duas salas de aula e a imprensa Oficial, um chalé à rua Xapuri, servindo de resistência civil do prefeito, a cadeia, o prédio da administração, com cento e cinquenta metro quadrados e o hospital, inaugurado de 1908, além do posto fiscal. O departamento mantinha um curral de matanças, o cemitério, a iluminação pública a lampiões de querosene e o serviço de conservação das ruas (3). Além dessa estrutura publica, a cidade possuía 465 casas, conforme o senso de 1908, sendo 7 cobertas de telhas francesas, 28, defibrocimento, 25, de zinco, 42, de cavacos, 10, de industriais existentes destacavam-se: 2 tipografias, 1 farmácia, 2 hotéis, 1 fábrica de cigarros, 5 alfaiarias, 1 ferraria, 1 bilhar, 1 matadouro, 2 pensões, 6 quiosques, 2 latoarias, 3 barbearias, 1 padaria e 36 casas de comércio varejista. Os meios de transporte estavam representados por 57 canoas, 2 lanchas a vapor, 19 batelões, e 10 carroças. Na periferia existiam 159 sítios, com 68 reses, 17 ovelhas e 10, mostrando as dificuldades de uma pecuária sem campos naturais. Um novo avanço foi a entrada em circulação do primeiro jornal “O Alto Purús”, a 24 de fevereiro de 1908. No final de 1908, a 13 de dezembro, chagava a cidade um contingente de seis oficiais e vinte e seis praças do Exército, para compor a companhia regional (3). Vinham sem alimentos e sem dinheiro para quaisquer

despesas, o que obrigou, à construção das estradas do Juruá e do Acre, que estavam sendo implementadas. A vida associativa da cidade, por volta de 1909, era bastante ativa, onde se destacavam a Igreja Católica, Igreja Batista, Loja Maçônica Fraternidade e Trabalho, Sociedade Protetora Familiar, Sociedade Beneficente Cearense, Centro Pernambucano do Alto Purus, Grêmio Recreativo Nova Olinda e Associação Comercial do Alto Purus. (Loureiro, 2004, p.16,17).

Entretanto, essa lógica é rompida pela própria dinâmica do ser humano, que devido a multiplicidades de modos vidas rompem a imposição da hegemonia da história. Quando falamos do cotidiano e a invenção dele, é imprescindível não recorrer a Michel de Certeau (1994). O autor tenta nos mostrar como a “razão” tenta organizar, sistematizar pessoas, coisas e relações a um ponto em comum: o consumo. os fazeres e saberes nos/dos cotidianos. Para Certeau, as fricções sociais alteram a lógica, quebram a razão e modificam o ambiente aos seus códigos de interpretações da realidade. Inicialmente o autor identifica “espaços” e “lugares” como habitats distintos.

Considerações finais

Este estudo investiga a construção da história do Acre por meio de registros do Arquivo Nacional e outras fontes, destacando como esses documentos são influenciados por processos históricos, sociológicos e culturais que frequentemente consolidam uma narrativa linear de "fundação" e "origem". A análise crítica dessas fontes permite a incorporação de perspectivas de pensadores como Durval Muniz Albuquerque Júnior (2005), Walter Benjamin (2007) e Aníbal Quijano (2000), que enriquecem a discussão sobre a natureza das fontes históricas e revelam a necessidade de questionar a perspectiva eurocêntrica que permeia a escrita da história acreana.

Neste estudo, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada nas ideias de Bauer e Gaskell (2002), que caracterizam a análise de conteúdo do discurso como uma prática que envolve interpretações subjetivas das "realidades" sociais em questão. Essa metodologia permite uma investigação exploratória das narrativas históricas, considerando as nuances e complexidades que moldam a percepção coletiva.

Para enriquecer o processo metodológico, busca-se integrar discussões teóricas que problematizam o conceito de "História Oficial" como um desafio epistemológico. É importante destacar que, embora o texto tenha sido produzido em 2022, ele ainda reflete

e perpetua um discurso colonial, evidenciando a necessidade de uma crítica contínua e uma reavaliação das narrativas históricas que dominam o campo. Essa análise visa não apenas desvelar as estruturas de poder subjacentes, mas também promover uma compreensão mais crítica e inclusiva da história.

Além disso, defendemos uma abordagem contra colonial a partir da hegemonia discursiva histórica, buscando valorizar a pluralidade cultural, essencial para uma compreensão mais rica e diversificada da história do Acre. Essa perspectiva não apenas desafia as narrativas hegemônicas, mas também abre espaço para o reconhecimento das múltiplas vozes e experiências que compõem a identidade da região. Ao promover essa reflexão, buscamos contribuir para um entendimento mais inclusivo e dinâmico da história acreana, que respeite e celebre sua diversidade cultural.

Essa reflexão não apenas contribui para uma crítica das narrativas hegemônicas, mas também promove um reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a história do Acre, fortalecendo assim a identidade cultural da região.

A pesquisa sobre a construção histórica do Acre mostra a complexidade e a fragilidade das narrativas que moldam a identidade da região. Ao questionar a perspectiva eurocêntrica e a colonialidade do saber, enfatiza-se a importância de reconhecer a pluralidade cultural, especialmente as vozes marginalizadas de populações indígenas e ribeirinhas. A análise crítica dos documentos, como os de Soares Bulcão e Angélica Ricci Camargo, demonstra como as narrativas oficiais podem perpetuar relações de poder e dominação.

Além disso, a proposta de uma descolonização do saber não se limita à reescrita da história, mas busca transformar as relações que moldam o conhecimento e as identidades culturais. O conceito de "terceiro espaço" de Homi K. Bhabha (1998) destaca a possibilidade de novas identidades emergirem a partir da interseção de diferentes culturas, desafiando as narrativas hegemônicas.

Portanto, ao repensar a história do Acre sob uma perspectiva crítica, este estudo contribui para uma compreensão mais inclusiva e dinâmica, que valoriza a diversidade cultural e promove um diálogo necessário entre as múltiplas realidades que compõem a região.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (Org.). **Uwa'kürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan, 2017. E-book (337 p.). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/628>. Acesso em: [data de acesso].

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **O anjo da história**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de José Miguel P. de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BULCÃO, Soares. **Subsídio para a história do departamento do Alto Purús – 1865 a 1911**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1940. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev_apresentacao/RevPorAno/1940/1940-Subsidio_para_a_Historia_do_Departamento_do_Alto-Puruz.pdf. Acesso em: janeiro de 2024.

CAMARGO, Angélica Ricci. **O território do Acre na primeira república**. Abr. 2022. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1158-territorio-do-acre>. Acesso em: 8 fev. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIAS, Joana de Oliveira. **A carruagem vira jerimum: controvérsias da produção do espaço e tempo urbanos em Sena Madureira no início do século XX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Rio Branco, 2014.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Brazil acreano**: cenas de uma época. Manaus: Gráfica Lorena, 2004

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: o lado mais sombrio da modernidade. *In*: MIGNOLO, Walter D.; GIL, Alberto (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 15-30.

O Alto Purús, Sena Madureira, 24 de fevereiro de 1908, Edição I, p. 01.

O Alto Purús, Sena Madureira, 15 de março 1908, edição nº 4, ano I, p. 2; 3.

POLLAK, Michael. **Memória e história**: a experiência do passado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista Peruana de Sociologia, Lima, v. 1, p. 1-20, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: DUSSEL, Enrique; LACLAU, Ernesto; et al. (Org.). **A América Latina e a luta pela identidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 81-100.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do saber: perspectiva latino-americana. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 534.